



Anais da Assembléia

D.A. 161

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE OUTUBRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

Curitiba, quarta, em 01.10.97

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 99ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 1997
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Augustinho Zucchi.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Tetchy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

36 (trinta e seis) Senhores Deputados responderam a chamada nominal. Em votação a Ata.
Aprovada.

O SR. 1º Secretário - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2192
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja anexado o Projeto de Lei no 215/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que visa determinar que as Câmaras Municipais e Assembleia Legislativa do Estado sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos estaduais para os municípios, ao Projeto de Lei no 143/97, de autoria do Deputado Caíto Quintana, por tratar de mesma matéria.
Sala das Sessões, em 01.10.97.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 2184
Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 01.10.97.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 2173
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar à família STEFANIAK, pelo falecimento da Senhora

Genoveva Stefaniak, no Município de Irati.

À família enlutada, que Deus na sua infinita bondade dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 01.10.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2174

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar à família VEIGA, pelo falecimento da Senhora Maria Luiz Veiga, no Município de Irati.

À família enlutada, que Deus na sua infinita bondade dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 01.10.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2175

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar à família CRUZ, pelo falecimento do Senhor Pedro da Cruz Sobrinho, no Município de São Mateus do Sul.

À família enlutada, que Deus na sua infinita bondade dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 01.10.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2187

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do Padre Raymundo Lulus Francener, do Município de São João - PR.

Sala das Sessões, em 01.10.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Padre Raymundo Lulus Francener, representa para o Sudoeste, especialmente para São João, não só o re-

ligioso zeloso, inquestionável, mas também um exemplo de vida. Foi residir na região num período difícil, quando havia um litígio perturbador em relação a posse da terra. Jovem ainda, não se intimidou e lutou bravamente na defesa dos agricultores, contra os expoliadores e grileiros de terra. Durante trinta e oito anos, padre Raymundo foi um bom pastor apascentando o rebanho, não se descuidando também de se preocupar com as desigualdades sociais.

Professor, muito se esforçou para dotar São João de um bom nível de ensino. Homem de visão, deixou uma marca que jamais se apagará da memória de todos que com ele tiveram o privilégio de conviver. Por sua cultura e ação missionária foi nomeado Monseñor, por decisão da alta cúpula da Igreja Católica. Tinha posições firmes, jamais abria a mão de lutar por aquilo que achava justo e correto. São João tem toda a sua história completamente identificada com a vida do religioso. Pois, quando foi designado para ser o Sacerdote da localidade, ainda era distrito do Município de Chopinzinho. Foi um líder da emancipação, e se destacou na busca de benefícios para a comunidade.

Eu pessoalmente tenho um motivo enorme de lamentar o passamento prematuro, até porque, fui batizado pelo padre, bem como fiz a primeira comunhão com ele. Sem dúvida nenhuma foi uma grande perda, não só para a Igreja Católica pertencente a Diocese de Palmas, mas para a região Sudoeste como um todo. É justo que a Assembléia Legislativa do Paraná, preste essa derradeira homenagem, a um homem que em vida deixou uma marca de realizações, comportamento, dignidade. Foi um grande benfeitor.

REQUERIMENTO Nº 2176

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Senhor Umberto Crispim de Araújo, Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, pelos relevantes serviços prestados aos trabalhadores do Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 01.10.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
JUSTIFICATIVA:

Umberto Crispim de Araújo, filho de Miguel Crispim e Raimunda França Araújo, nascido em 02 de novembro de 1951, acadêmico da Universidade Estadual de Maringá - UEM, do curso de Administração de Empresas.

Crispim tem uma vasta folha de serviços prestados à comunidade. Atualmente é Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, cargo que ocupa há dez anos, sempre reconduzido à Presidência do Partido pela competência com que dirige aquele Diretório.

Em sua militância política, Crispim já foi Presidente do Diretório Acadêmico do Centro de Estudos Sócio-Econômicos da UEM, de 1979 à 1980, Presidente do Setor jovem do PMDB em 1983 a 1984, colaborou com a organização de diversas Associações de Bairros e outras entidades comunitárias.

Em sua atuação pública, dirigiu a Companhia de Desenvolvimento de Maringá - CODEMAR, gerenciou a Superintendência de Controle de Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, em 1990 a 1992 e ocupou uma das cadeiras da Câmara Municipal no período de 1992 a 1996.

Crispim é um lutador e defensor das causas populares, militante permanente do movimento popular de Maringá, sempre buscando o progresso do município e a qualidade de vida.

REQUERIMENTO Nº 2183
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido um voto de congratulações à Polícia Civil do Estado do Paraná pelos seus 144 anos de existência, comemorados nesta data.

Requer, ainda, seja oficiado ao Senhor Artur Braga, MD. Delegado Geral da Polícia Civil, cumprimentando através da sua pessoa, à todos os integrantes dessa operante corporação, bem como, estender esses cumprimentos ao Senhor Renato Ortolani de Souza, MD. Diretor da Escola da Polícia Civil.

Tendo como justificado o presente Requerimento.

Nestes termos pede deferimento.
Sala das Sessões, em 01.10.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2185

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato dos Professores de Londrina, alusivos à posse de sua nova Diretoria, no próximo dia 03 de outubro corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente eleito, Professor César Antonio Caggiano Santos, através de correspondência a ser encaminhada à Praça La Sale, 83 - Jardim Canadá, CEP 86020-510, Londrina - Paraná.

Sala das Sessões, em 01.10.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações à Polícia Civil do Paraná, pelas comemorações de seus 144 anos de existência.

Sala das Sessões, em 01.10.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Se a segurança pública está nas mãos do Estado, este recorre a mecanismos que garantam a manutenção da ordem pública e a proteção da vida do cidadão. No aparato da Polícia Civil reside boa parte desta função. Homens valorosos, que colocam suas vidas em risco para proteger um estranho, o cidadão que paga impostos e quer a contrapartida em segurança pública.

No Paraná, os 144 anos da Polícia Civil contam histórias de vida e de morte, de policiais que se foram no cumprimento do dever, e de outros que tiveram mais sorte sem porém perder de vista a máxima de que deles depende a tranquilidade da população. A Polícia Civil do Paraná chega aos 144 anos sem a mácula que outras instituições congêneres, de outros Estados, acabaram por adquirir.

Não sofreu mácula porque a imensa maioria de seus homens é honesta, não cede à corrupção, ao ganho fácil. Escrivães, investigadores, delegados

de carreira, técnicos da Criminalística, dos IML's, enfim, todas as carreiras da Polícia Civil do Paraná primam por um trabalho bem feito, o melhor dentro das condições que a instituição permite.

Na passagem destes 144 anos da Polícia Civil do Paraná, a homenagem através destes votos de congratulações vai para o Diretor Geral da instituição, Delegado Arthur Braga e a todos os funcionários, do mais baixo ao mais alto escalão. Porque são eles que fazem a Polícia Civil do Paraná ser uma das melhores e mais sérias do País.

REQUERIMENTO Nº 2188

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Irmã Verônica Artartas, Digníssima Diretora da Escola Técnica de Enfermagem Catarina Labouré, pelo excelente trabalho prestado na área de enfermagem.

Requer ainda que do presente se dê ciência a mesma, através de correspondência à Rua Jacarezinho, 1000 - Mercês - CEP 80.810-130 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 01.10.97.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 2189

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Revista "Panorama", pelo brilhante lançamento do livro "Quem é Quem" nas Prefeituras.

Trata-se de um projeto jornalístico do mais alto nível biográfico, abrangendo todas as Prefeituras paranaenses e detalhando características da atual administração.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao mesmo, através de correspondência à Rua Vicente Machado, 752, conjunto 01 - Centro - CEP 80420-011 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 01.10.97.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 2190

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Ludmila de Jesus Küstel, Orientadora Educacional da Escola Técnica de Enfermagem Catarina Labouré, pelos relevantes serviços prestados à classe.

Requer ainda que do presente se dê ciência a mesma, através de correspondência à Rua Jacarezinho, 1000 - Mercês - CEP 80.810-130 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 01.10.97.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 2182

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após oitiva do douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, com o objetivo de que o Banco do Estado do Paraná torne-se responsável enquanto agente financeiro do Estado, receber todos os tributos recolhidos em favor do Estado, e nos municípios onde não houver agências ou postos avançados daquele Banco, seja então nomeada uma outra instituição bancária pelo encargo dos recebimentos destinados aos cofres do Estado.

A presente solicitação é uma justa reivindicação da população do Município de Alto Paraná, e de todo município que não tem a sua disposição, uma agência do Banco estadual, tornando penosa a tarefa de recolhimento de seus tributos, conforme demonstramos na justificativa.

Sala das sessões, em 01.10.97.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Alto Paraná não tem hoje as facilidades de contar com uma agência do Banco do Estado do Paraná para efetuar o pagamento de seus tributos. A cidade conta com 03 agências bancárias, sendo uma do Banco do Brasil, uma do HSBC BAMERINDUS e uma do Banco Brasileiro de Descontos.

Ocorre que nenhuma destas instituições naquele município, recebe os

tributos estaduais, além das taxas das companhias públicas, que cobra o tributo, mas não coloca a disposição do usuário um meio adequado que facilite o pagamento por parte do consumidor que tem o serviço à sua disposição.

Sabemos que os princípios basilares do Direito Tributário, indicam que a administração pública deve, na cobrança de seus tributos, oferecer a forma mais fácil e econômica do contribuinte pagar seus tributos.

A administração pública deve ser o meio distributivo do bem comum e não o fim em si mesma. Desta forma, deve o Banco do Estado do Paraná, enquanto agente financeiro do próprio Estado, ampliar e racionalizar sua rede de agências e serviços, de forma que em não podendo arcar com o custo de uma agência, tenha ao menos um posto avançado de serviço em cada município paranaense, ou que se credencie em outro Banco público.

Pelo exposto, seria medida benéfica que o Poder Executivo do Estado do Paraná, abrigasse a iniciativa requerida, juntamente com o Banco do Estado do Paraná - BANEESTADO, para que se adote tal medida, evitando assim a moratória injusta, a impontualidade e a inadimplência, obrigando as populações dos municípios que não têm um Banco público a disposição, a se deslocar para outro município para cumprir seus compromissos. Tal procedimento, entendemos como salutar e adaptado à nova tendência da economia nacional.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI No 504/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Comunidade dos Pequenos Trabalhadores com sede no Município de Foz do Iguaçu - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.10.97.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade dos Pequenos Trabalhadores de Foz do Iguaçu - PR, funda-

da em 23 de junho de 1995, é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, sem distinção de raça, cor, condição social, credo religiosos ou político e tem como finalidade encaminhar, orientar, atender e acompanhar a criança e adolescente e à sua família nas situações e problemas vivenciados por elas através da co-participação na busca de alternativas para solucionar os problemas, além da divulgação do ECA.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e da solidariedade, possuindo objetivos progressistas de interesse comum.

Face às características e posturas referidas, requer-se então, a declaração de Utilidade Pública Estadual da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende aos critérios estabelecidos pela Lei Estadual no 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI No 505/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada de "Monsenhor Raymundo" o trecho que liga a Cidade de Sulina à BR-158.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.10.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente plano de lei na vontade da totalidade da população residente na região que deseja homenagear o Monsenhor Raymundo, na saudosa memória, pelos serviços prestados à comunidade.

Religioso diocesano, deixou uma marca que não se apagará da memória de todos. Ainda jovem, mudou-se para São João, onde construiu grande parte de sua vida. As Dioceses de Palmas e Francisco Beltrão sentiram profundamente o passamento do bom Pastor, que em vida semeou a paz, amor e a palavra de Deus.

É justo fazer a presente homenagem, sobretudo porque é dever do Poder Legislativo estar inteiramente sintonizado com os sentimentos da população

e a honraria ora proposta é desejo soberano de toda a região Sudoeste do Paraná.

PROJETO DE LEI No 506/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica, através da presente, autorizado o Estado do Paraná, através da Secretaria da Criança e Assuntos da Família, a instituir o Programa Criança na Escola.

§ 1º - O Programa estabelece auxílio às famílias carentes para que mantenham seus filhos e outras crianças sob sua guarda ou proteção na escola, em convênio com as Prefeituras Municipais, COPEL e SANEPAR, na forma que dispõe.

§ 2º - O auxílio referido se dará com o pagamento das tarifas sociais do consumo de energia elétrica e de água.

§ 3º - O custo das tarifas sociais serão divididas em: metade para o Estado do Paraná e metade para o município, na forma em que o convênio entre si estabelecer.

Art. 2º - O Programa atenderá às famílias carentes que preencherem os seguintes requisitos:

- a) Residir no município no mínimo 3 (três) anos;
- b) Tenha uma única residência, cuja área construída seja inferior ou igual a 60 m² (sessenta metros quadrados);
- c) A renda bruta constituindo na somatória dos rendimentos das pessoas que ali residem, não poderá ser superior a 3 (três) salários mínimos mensais;
- d) As crianças menores de 14 anos, morando na residência, deverão ter comprovado a matrícula e frequência à escola.

§ 1º - As informações e documentos acima descritos, deverão ser apresentados junto à Secretaria Municipal de Assistência Social ou equivalente, no setor competente para realização do cadastro, feito pelos técnicos da área, que deverá ser renovado a cada seis meses.

§ 2º - O requisito constado na letra "d", compreende o cadastramento com documentos que comprovam grau de parentesco, ação social como mãe-

social, família-temporária ou outra forma de apoio contado no Estatuto da Criança e Adolescente àqueles em idade escolar e que recebem da família cadastrada apoio, afeto e proteção.

§ 3º - Comprovando-se fraude nas informações ou documentos apresentados, o beneficiário perderá automaticamente os direitos desta lei, fazendo retornar aos confres públicos os valores dispendidos, acrescidos de correção monetária, juros de 1% (um por cento) ao mês, além das sanções penais cabíveis.

Art. 3º - Além dos requisitos do artigo anterior, para ter direito ao auxílio, o gasto com energia elétrica não poderá ser superior a 160 (cento e sessenta) quilowatts por mês, e o gasto com água não poderá ser superior a 10 m³ (dez metros cúbicos) por mês, sendo vedado qualquer tipo de compensação.

Art. 4º - O pagamento de tais benefícios, observando a listagem dos contemplados com o Programa, será feito com o envio das faturas pela COPEL e SANEPAR, diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, ou equivalente, através de convênio a ser assinado entre as partes.

Parágrafo Único - As faturas que ultrapassarem os limites estabelecidos no Artigo 3º, voltarão a ser remetidas para as residências dos cadastrados no Programa, sendo que não haverá pagamento da diferença e nem outro tipo de compensação financeira.

Art. 5º - As despesas com esta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Art. 6º - O Poder Executivo Estadual regulamentará a presente lei no prazo máximo de 30 dias.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, terá seus efeitos após a assinatura dos convênios descritos no artigo 4º, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.10.97.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa atender as famílias mais carentes do município nas suas necessidades como luz e água, conforme dispõe a Lei Orgânica da Assistência Social: "A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizados através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas".

Esta idéia partiu de uma experiência bem sucedida no Município de São Miguel do Iguaçu, que mantém várias famílias cadastradas no Programa chamado "Vida Melhor", estimulando a volta das crianças à escola, ajudando as famílias a terem o essencial, que é luz e água em casa. A gratuidade deste benefício implica no compromisso de economizar (ou aprender a economizar), portanto, com apelo ecológico, já que não poderão ultrapassar os limites estabelecidos pela tarifa-social.

Além disso, sabemos que a proteção e amparo às crianças e adolescentes, garantindo o mínimo para sua realização pessoal e profissional está diretamente ligado a sua escolaridade. No momento em que o Estado do Paraná se mobiliza para acabar com a prostituição e o trabalho infantil, temos este instrumento legal para fazer com que as famílias sejam estimuladas economicamente a manterem seus filhos na escola.

Para ter direito aos benefícios da lei, as famílias irão até a Secretaria de Ação Social ou equivalente, e se cadastrarão, ou serão encaminhadas pelo Conselho Tutelar. Os profissionais de Assistência Social da Secretaria irão até a moradia conferir ou anotar as informações. Ato seguinte é observar os critérios, começando pela matrícula e frequência na escola das crianças, cada de até 60 m², morar no município a pelo menos 3 anos, renda total de até 3 salários mínimos, consumo monofásico de energia até 160 KW e água até 10 m³, não haverá compensação entre um consumo e outro.

Com a assinatura do convênio entre o município, COPEL e SANEPAR, será enviada a lista dos cadastrados a estas empresas que, verificando se o consumo está dentro dos limites da lei, enviará diretamente para a Secre-

taria a conta de água e luz. Caso contrário, ou houver o descredenciamento da família por não manter seus filhos na escola, a conta irá para a casa do consumidor.

O município fazendo o convênio com as empresas de água e energia elétrica, observando os limites de consumo estipulado, se beneficiará das taxas sociais da COPEL e SANEPAR. Até 160 KW por mês, a COPEL cobra 0,12 o KW, enquanto o normal é 0,16 o KW. Até 10 m³ por mês, a SANEPAR cobra 0,72 o m³, acima deste valor é superior a 0,90 o m³.

Com a implementação desta lei teremos com certeza, mais crianças na escola e com um rumo na vida.

PROJETO DE LEI Nº 507/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sengés - S.T.R.S., com sede e foro na Cidade de Sengés, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.10.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sengés - S.T.R.S., que ora encaminhamos para que seja declarado de Utilidade Pública, foi criado em 27 de novembro de 1986, com a finalidade de representar o segmento para o qual foi organizado, desenvolver programas nas áreas de assistência social, educacional e cultural e cooperar com órgãos públicos e demais associações, em programas de interesse comunitário. O Sindicato é pessoa jurídica de direito privado, não tendo fins lucrativos, e, está registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, da Comarca de Sengés, Estado do Paraná, sob nº 12, Livro A/001, em 27.11.86 e inscrito no CGC sob nº 79.261.061/0001-62, estando em pleno funcionamento, em cumprimento aos dispostos em seu Estatuto.

O Sindicato, atendendo o disposto em seu ato constitutivo, desenvolve programas de interesse comunitário,

como atendimento a pessoas carentes, atendendo as áreas de assistência social, educacional e cultural, também cooperando com entidades sociais do local e estreito entrosamento com os órgãos públicos.

Considerando o exposto, também, sabedores que somos, que não há justiça sem lei, razão pela qual encaminhamos este projeto de lei, visando dar amparo legal a Entidade em apreço, com isto, habilitando-a à busca de recursos junto às instituições públicas, com isto a melhoria no atendimento e nas condições de vida da população assistida.

PROJETO DE LEI Nº 508/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação Evangélica Monte Sinai de Assistência Social, Educacional, Cultural e Desportivo, com sede e foro na Cidade de Terra Roxa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.10.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Evangélica Monte Sinai de Assistência Social, Educacional, Cultural e Desportivos, que encaminhamos para que seja declarada de Utilidade Pública, foi constituída no dia 03 de outubro de 1993, com objetivo principal de desenvolver programas e projetos nas áreas de Assistência Social, Educacional, Cultural e Desportivos. É uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos. A entidade está registrada sob nº 109, Livro A/01, em 24 de março de 1995 e inscrita no CGC/ME sob nº 00.561.590/0001-21, estando em pleno e regular funcionamento, servindo a coletividade, gratuitamente.

A entidade, além dos programas e projetos que desenvolve, mantém estreito relacionamento com instituições congêneres, visando o desenvolvimento de atividades de interesse comunitário, especialmente aqueles voltados ao atendimento de crianças e adolescentes carentes e também idosos, no sentido

da manutenção do entrosamento com órgãos públicos e privados e a continuidade de sua política e filosofia de suas ações, voltadas ao atendimento da população carente.

Face ao exposto e considerando que não há justiça sem lei, sendo esta a razão de encaminharmos o projeto de lei em epígrafe, visando preparar a Entidade em apreço, a busca de recursos e conseqüentemente a melhoria do atendimento de sua clientela assistida.

PROJETO DE LEI Nº 509/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento da taxa de porte de arma, os policiais civis e militares do Estado do Paraná, que estiverem prestando serviços na função de policial.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.10.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Responsáveis pela segurança dos cidadãos, a Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado do Paraná, desfrutam de elevado prestígio no panorama social, cotada como a polícia mais eficiente e conscienciosa do País.

Indispensável ao exercício da função de policial o porte de arma confere ao agente o poder de repressão e prevenção contra o delito e o delinquente, bem como a segurança e o bem-estar social da comunidade paranaense.

Diante do exposto, torna-se necessária merecida a isenção da taxa do porte de arma para esses abnegados servidores públicos, por exercerem uma função de relevante valor social, submetendo-se a uma preparação rigorosa e expondo-se, constantemente, a situações de alta periculosidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrada a leitura do Expediente.

Passamos a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Deputado Caito Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Venho a esta tribuna para, uma vez mais, abordar um assunto que por diversas vezes já foi abordado pelos Parlamentares de diversos Partidos, em reuniões ocorridas em diversas regiões do Estado do Paraná, e que diz respeito a questão do alongamento da dívida de produtores rurais do nosso País e principalmente do Estado do Paraná.

Venho aqui para tratarmos no dia de hoje, em relação a um Programa chamado "Panela Cheia", que como todos os programas de financiamento de agricultura, tiveram a possibilidade de alongamento naquilo que se convencionou chamar, na Lei Federal, de "Securitização da Dívida Agrícola". É evidente que não nos cabe neste Parlamento, a possibilidade de determinar as normas a respeito da revisão da base de cálculo dos produtos da dívida agrícola quando securitizadas. Mas, somos capazes, neste Parlamento, de podermos estabelecer leis que determinem formas de base de cálculo para securitização de produtos de financiamentos, melhor, dizendo, que sejam advindos do financiamento do Programa "Panela Cheia" que era um programa do Governo do Estado do Paraná - portanto, de nossa competência - autorizado por lei, com a Secretaria de Agricultura e o Banco do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares. Dias atrás apresentei um projeto nesta Casa que quero discutir hoje e pedir apoio dos nobres Parlamentares. Este projeto estabelece normas para cálculo de débitos de dívidas securitizadas que tenham como origem financeira, como base do programa de crédito por equivalência, o produto do Estado do Paraná.

(Lê):

"PROJETO DE LEI

Estabelece normas para cálculo de débitos de dívidas securitizadas, que tenham como origem financiamentos com base no programa de crédito por equivalência-produto do Governo do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os débitos dos produtos rurais, oriundos de financiamento do Programa de Crédito por Equivalência-Produto do Governo do Estado do Paraná/Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, embora com opção de alongamento, conforme Lei Federal nº 9.138 de 21.11.1995 e Resolução do BACEN nº 2.238 de 31.01.1996, terão como valor do débito, no ato da securitização, o montante auferido pela multiplicação da quantidade de produto devido, pelo preço médio na semana da opção.

Art. 2º - As diferenças pecuniárias eventuais em razão da opção pela securitização estabelecida, serão cobertas junto ao Banco do Estado do Paraná S/A, pelo Fundo de Desenvolvimento Estadual - PDE.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados ao valor da dívida na data da opção pela securitização, na forma do artigo 1º da presente lei.

Sala das Sessões, em setembro de 1997"

A presente lei se justifica atendendo os contratos com os produtores do nosso Estado do Paraná.

Quando o Governo do Estado elaborou o Programa "Panela Cheia", equivalência-produto, o objetivo maior foi oferecer ao nosso produtor uma maior segurança em seu financiamento, para ele conferir opção de pagar um produto agrícola. O Governo Federal, ao estabelecer a securitização dos débitos, não o fez com o objetivo de punir os produtores, e sim de permitir o alongamento do prazo de sua dívida. É verdade que o "Panela Cheia" foi um Programa específico do Paraná. Mas também é verdade que foi o nosso produtor que individualmente incorreu em uma das razões estipuladas no Artigo 8º do Termo de Adesão do Programa Estadual. E sim, coletivamente, se valeu dos benefícios concedidos pela Resolução do Banco Central, amparados na Lei Federal nº 9.138, de novembro de 1995.

Explico aqui, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, a razão e o

embasamento deste projeto, porque exatamente na justificativa, colocamos todas as razões pelas quais pode aparecer.

Quando o Banco do Estado do Paraná, ao atender os agricultores que tinham financiamento pelo Programa "Panela Cheia" optaram pelo programa do Governo Federal de securitização de suas dívidas, o Banco interpretou que esses agricultores quitaram antecipadamente o seu financiamento do "Panela Cheia", optando por um outro financiamento.

O Termo de Adesão do Programa "Panela Cheia", realmente diz, no Artigo 8º, que fica estipulado não poder se antecipar o pagamento do financiamento feito, e a liquidação, o pagamento antecipado nos casos ou em épocas não admitidas pelo Programa, faria com que o agricultor tivesse então optando por um programa de juros de mercado.

No entanto, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, em cima de diversas conversações com agricultores e com o Banco do Estado do Paraná, também percebemos que o Banco está a ignorar a cláusula 6ª deste mesmo Termo de Adesão, que diz que, na hipótese do valor obtido pela equivalência-produto, na forma das cláusulas anteriores, ser inferior ao valor do saldo de capital e juros atualizados monetariamente conforme pactuado neste momento de crédito, a diferença existente será paga através do credor, pelo Fundo de Desenvolvimento Estadual - FDE, do Governo do Estado do Paraná.

Temos feito, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, conversações e levantamentos do que significa o FDE cobrir a diferença do aumento indiscriminado que houve na quantidade de produto agrícola na hora de ser securitizado. E percebemos que é perfeitamente suportável - sem criar grandes ônus ao Fundo - de que ele atenda o cumprimento da cláusula 6ª, beneficiando os nossos produtores do Estado do Paraná. Diz o contrato, por ocasião da efetivação da securitização das dívidas, que o "Panela Cheia" foi liquidado antecipadamente, porém foi dada a opção aos mutuários de continuarem no programa ou passarem para a securitização da dívida do Governo Federal. Mais de 60% dos mutuários - aproximadamente 15 mil pequenos proprietários

- optaram por continuarem recebendo os benefícios do Programa "Panela Cheia", e suas dívidas continuam em valores originais.

Portanto, 15 mil pequenos proprietários continuaram dentro do "Panela Cheia". Quem eram esses 15 mil pequenos proprietários? Exatamente aqueles que, estando em melhor situação econômica, podiam cumprir os termos do "Panela Cheia", na equivalência-produto com as prestações que estavam vencendo.

Quem optou pelo alongamento da dívida pela chamada "securitização" em todo o nosso Brasil - que não é deferente do Programa "Panela Cheia" - foi o agricultor mais empobrecido, aquele que teve frustração de safra, aquele que não conseguiu colher o que pretendia, e que portanto, não teria a quantidade de sacas para efetuar o pagamento, no momento da prestação.

Bom, optaram pela securitização 10.348 produtores, cujos contratos originais eram o "Panela Cheia". Portanto, são 10.348 pequenas propriedades, são 10.348 pequenas micro empresas das quais muitas dessas são financiamento de galinheiro para criação de frango, no abastecimento de frigoríficos que estão, hoje, a salvar o custo, inclusive, da alimentação na cesta básica do plano real. Caso o valor que tivesse sido considerado fosse o do produto, haveria uma diferença de 7 milhões, 173 mil, 168 cruzeiros e 55 centavos - base de cálculo de novembro de 95. Importando num eventual subsídio de aproximadamente 1 milhão e 520 mil por ano, apenas, durante 7 anos. Um milhão, quinhentos e vinte mil reais/ano para o FDE poder amparar 14.350 pequenos proprietários rurais que estão inadimplentes com o Programa "Panela Cheia". Exatamente porque houve um aumento assustador na quantidade de saca no instante em que securitizou. Quem devia mil sacas, passou a dever 1.500, 1.600, 2.000 sacas, de acordo com a forma que foi feito o cálculo.

Ora, Senhores, tenho dito nas próprias colocações que fiz aqui na sustentação desse programa, porque não costumo misturar projetos, discussões que não tenham vinculação direta. Mas lembrem o termo: FDE - Fundo de Desenvolvimento Estadual, é o mesmo Fundo que está a subsidiar empresas que se

estabelecem no Estado do Paraná. Ainda ontem lia nos jornais que a Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná integralizou mais uma parte de recursos nos 40% de ações adquiridas da Renault. Equivalente a 300 milhões de reais - isso é dinheiro do FDE - Fundo de Desenvolvimento Estadual.

Acho que nada mais justo que 14.350 pequenas propriedades rurais do nosso Estado tenham o socorro conforme o estipulado na cláusula 6ª do Termo de Adesão do contrato "Panela Cheia", num valor de 1.750.000/ano, para que esses pequenos proprietários não venham amanhã, impedidos que estão do pagamento, pela impossibilidade de somar a grande número de paranaenses desempregados ou então bóia-frias, ou então pessoas a avolumarem o número daqueles que, conduzidos pelo desespero, têm procurado a invasão como forma de acelerar um processo de reforma agrária no Estado.

É muito importante que somemos as nossas forças à toda a sociedade, para podermos fazer com que o conflito social do Estado - entre produtores, entre trabalhadores sem-terra, seja resolvido. Mas é muito importante e muito mais prudente que tomemos atitudes que evitem, que cortem o aumento que está acontecendo a cada instante, de pequenos proprietários impossibilitados de cumprir as suas obrigações com financiamentos, engrossando a fileira daqueles que, sem terra, buscam desesperadamente uma forma para poder sobreviver.

Então, peço apoio dos companheiros Parlamentares para a votação deste projeto com a maior urgência, para que já com levantamento feito, antecipadamente, dos custos que isto representará - que não é grande coisa - possamos renegociar as dívidas dos nossos pequenos produtores, através de uma lei paranaense. E continuarmos - junto com o Bloco Agropecuário, junto com a Comissão de Agricultura desta Casa - lutando no âmbito federal, para que a securitização feita dos financiamentos de agricultura, tenham revista sua base de cálculo, para que o agricultor, alongada sua dívida, não tenham aumentado o valor da mesma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maivo Beraldin) -
Encerrado o Pequeno Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário do PT, com a palavra o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero aqui relatar um fato muito estranho que aconteceu em Foz do Iguaçu na última semana, que lembra muito a época da ditadura militar.

(Lê):

"Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O fato que irei relatar para os senhores, lembra em muito, a prática de perseguição e cerceamento da manifestação do contraditório, que ocorreu durante os anos de chumbo do regime autoritário instalado pelos militares no Brasil, na década de 60. A grande diferença é que o fato em questão não ocorreu neste período, mas sim na semana passada, no Município de Foz do Iguaçu, onde o Sindicato dos Servidores Municipais sofreu a apreensão ilegal de todo o material que seria utilizado na confecção de "outdoors".

Atropelando a Constituição Federal, que assegura o direito de expressão, e sem nenhuma ordem judicial, o Delegado Luiz Carlos de Oliveira invadiu a empresa 'Fronteira Outdoors e apreendeu o material do Sindicato que estava sendo confeccionado e que seria fixado na cidade. Pasmem, Senhores Deputados, o Delegado fez tudo isto baseado em um simples pedido de um advogado, alegando que os 'outdoors' iriam prejudicar a imagem do Prefeito Harry Daijó, do Governador Jaime Lerner e do Presidente da República, que estariam na cidade para a abertura dos 'Jogos Mundiais da Natureza'.

Ora, Senhores Deputados, os cartazes não ofendiam ninguém, muito pelo contrário, manifestavam a indignação dos servidores públicos com a política salarial do Governo. Os cartazes não continham nenhuma menção aos 'Jogos Mundiais da Natureza', ou palavras de baixo calão ou ofensas a quem quer que seja, mas apenas inocentes charges e frases de protestos. Vejamos o que disse a Diretora do Sindicato, Nidia Benitez, publicado no jornal 'A Gazeta do Iguaçu', do dia 27 de setembro deste ano: 'Não somos contra os Jogos mas não podemos nos calar nesse momento que companheiros estão sendo demitidos

e o governo investe milhões de dinheiro público para se promover'.

Além disso, os 'outdoors' não eram anônimos, eram de responsabilidade do Sindicato e estavam assinados pelo Sindicato dos Servidores Municipais de Foz do Iguaçu e expressavam democraticamente a posição do funcionalismo municipal.

Com certeza, o material incomodou aqueles que estão acostumados ao silêncio obsequioso e não suportam a oposição democrática e combativa que não se cala frente às injustiças e aos poderosos."

Irei solicitar ao Secretário de Segurança para que interceda junto a este Delegado, pedindo explicações sobre sua atuação. E faço um apelo à Liderança do Governo, Deputado Valdir Rossoni, para que interceda junto ao Governo. Porque, se esta prática de invadir a gráfica, sem mandado judicial e apreender material, começar a ser uma prática de elementos ligados ao Poder Executivo, com certeza estaremos perdidos.

O Estado democrático está indo à falência. Não podemos admitir que isso aconteça no Brasil, muito menos no Paraná. O Delegado, Deputado, invadiu a gráfica sem mandato judicial, apenas com uma carta do Prefeito e apreendeu todo o material. No tempo da ditadura militar, eles, pelo menos, entregavam algum pedido da própria Justiça, davam uma "maquiadazinha". Em Foz do Iguaçu foi pior, quer dizer, tenho aqui comigo duas folhas, três, onde a Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu faz um pedido de busca e apreensão de objetos. E baseado nisto, o Delegado foi lá e apreendeu o material dos sindicalistas.

Então, é um absurdo que isso venha a acontecer, e tem que se cortar o mal pela raiz. Acontecendo isso, não podemos permitir que essa prática continue. A Polícia Civil existe para servir e proteger o cidadão, e não para cumprir ordens de Prefeitos, ou de advogados de Prefeitos, que não estão acostumados à ordem democrática. Senão, daqui uns dias teremos o caos. Quem se achar ofendido, por algum material sendo feito em algum lugar, vai mandar prender, sem a verificação mínima, se o material é legítimo, é de âmbito político e democrático! Os materiais estão aqui comigo - xerox. Os

materiais continham uma "charge" e uma frase de protesto, falando dos problemas que os servidores estão enfrentando.

Fica aqui o meu registro e vamos pedir para que esse Delegado, realmente, respeite a função que lhe é atribuída pela Constituição, pelas leis do Paraná. E não queira ele, por conta própria - o Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu - implementar aos anos de chumbo aqui no nosso Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - PPB.
(Declina).

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente Neivo Beraldin.

Queremos, em nome da Bancada do PMDB, registrar com satisfação a presença, nas tribunas de honra desta Casa, do Doutor Milton Buabssi, Presidente em exercício do nosso Partido - o PMDB - que comparece a esta Assembleia para, logo mais, prestigiar, participar e receber a filiação do Deputado Antonio Annibelli, ao nosso Partido, o PMDB.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Quero também registrar com satisfação, a presença na tribuna de honra, dos companheiros Vereadores de Laranjeiras do Sul, o João e o nosso companheiro Luiz Otávio Paiva, acompanhados do companheiro Eliseu dos Santos, que estão vindo participar, defender os interesses de Laranjeiras do sul junto ao Governo do Estado. É uma honra tê-los aqui, na nossa sessão de hoje.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - PPB.
(Declina).
PMDB.

Com a palavra, o Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje pela manhã recebi no meu gabinete, dois faxes, procedentes de Brasília. Aí, fiquei lembrando daquele, que é um poema: "E agora, Jaime? E

agora?" Caiu a máscara, Deputado Luiz Carlos Alborghetti!

Este Governo, de forma irresponsável, durante meses utilizando o dinheiro público para pagar matérias em jornais e nas televisões, caluniou, difamou e injuriou dois Senadores da República do Paraná: os Senadores Requião e Osmar Dias, e agora caiu a máscara, Deputado Horácio Rodrigues! Tenho em minhas mãos três ofícios que foram assinados pelo Presidente do Banco Central do Brasil, o Senhor Gustavo Franco, e quando o Senador Requião alertava da gravidade da situação das finanças públicas do Paraná, desta mesma tribuna e da tribuna que, normalmente é utilizada pelos Parlamentares da situação e nos apartes feitos pelo Líder do Governo, se dizia que o Senador Requião faltava com a verdade.

Agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, basta ler os ofícios - e vou ler - ofício datado de 30 de setembro de 1997, dirigido ao Excelentíssimo Senhor Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado da república e que expõe de forma clara e objetiva, a situação vexatória deste Governo. Ouçam os Senhores com atenção:

(Lê):

"BANCO CENTRAL DO BRASIL

PRESI-97/2945

Curitiba, 30 de setembro de 1997
Senhor Presidente.

Tendo em vista solicitação da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, desse Senado Federal, para reexame da operação de crédito entre o Governo do Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, e em cumprimento ao disposto no art. 13, da Resolução nº 69, de 14.12.95, dessa Casa Legislativa, encaminha a V.Exa. o Parecer DEDIP/DIARE-97/721, de 18.09.97, acerca da operação em pauta, no valor de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos), equivalentes a R\$ 107.650.000,00 (cento e sete milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), a preços de 30.06.97, cujos recursos serão destinados ao financiamento de parte do Projeto Expansão Melhoria e Inovação no Ensino Médio - PROEM.

Cabe ressaltar que, com relação ao disposto no então vigente art. 38,

do ADCT e na Lei Complementar nº 82/95, o Tribunal de Contas do Estado informou que as despesas do Governo com pessoal e encargos, no exercício de 1995, representaram 72,9% das receitas correntes líquidas, não atendendo ao disposto no art. 13, inciso VII, da Resolução nº 69/95.

O posicionamento desta Autarquia é desfavorável ao pleito pelo não atendimento ao disposto no art. 38 do ADCT e por não dispormos de informações que nos permitam verificar se o Estado está se adequando ao que prevê a Lei Complementar nº 82/95, ou seja, se está reduzindo suas despesas com pessoal de modo a que no ano de 1998 essa despesa não ultrapasse 60% das receitas correntes líquidas.

Respeitosamente

(a) GUSTAVO M.B. FRANÇA

Presidente

À Sua Excelência

Senador Antônio Carlos Magalhães

Presidente do Senado Federal

Praça dos Três Poderes - Palácio do Congresso, Ed. Principal

70165-000 - BRASÍLIA - DF"

Só para ressaltar aos companheiros, que a DCT é o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 38 da nossa Constituição da República.

Por isso, Senhor Presidente, este ofício que li sobre o PROEM repete-se no empréstimo de 23 bilhões, 686 milhões de ienes japoneses, referente ao empréstimo junto ao ECF, no total de 221 milhões de reais destinados ao Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná, o "Paraná SAM".

O primeiro ofício que li foi o 2.945; o segundo, referente ao "Paraná-SAM" - 2.946; agora o 2.947, que trata também do parecer desfavorável do Banco Central à contratação do empréstimo do famoso "Paraná Doze Meses", por falta de capacitação de endividamento que tem o Estado do Paraná.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, levemente esse Governo atacou homens sérios e honrados, que ousam defender os interesses do nosso Estado. Está aqui a prova da irresponsabilidade. Aliás, irresponsabilidade que aduzida no momento, que o Governo, que ainda na última segunda-

feira deu mais doze milhões - Deputado Nereu Moura - para a Indústria Renault. Já são 88 milhões que o Governo do Estado deu para a Renault, enquanto falta dinheiro, Deputado Nelson Tureck, para pagar o aluguel e para abastecer as viaturas que atendem aos núcleos da Secretaria de Estado da Educação. É desse Governo que estamos falando, de um Governo que tem uma gestão financeira temerária. Se não fosse temerária, o que dizer aqui, da Portaria 298, do Ministério da Fazenda, a Secretaria do Tesouro Nacional?

O Estado do Paraná, Deputada Irondi, como todos os municípios, deixaram de receber a compensação prevista na Lei Complementar nº 87, de 95, da "Lei Kandir", porque o Governo do Estado não encaminhou à Secretaria do Tesouro Nacional a cópia dos balanços publicada, e querem todos eles publicarem em Diário Oficial, documentos oficiais, e se o Governo já deixou de receber o dinheiro do mês de setembro, e se não encaminhar os documentos originais até segunda-feira não receberá, no previsto, a próxima parcela, que é do dia 15 de outubro, vai perder novamente o prazo para receber o dinheiro.

Na verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os fatos que estamos relatando são da maior gravidade. Não é possível que um Governo exerça diariamente de forma irresponsável as suas ações, que deveriam ser de benefício à sociedade paranaense!

Não é possível que os Senhores Deputados Estaduais, que dão sustentação a esse Governo, possam continuar sendo enganados! Porque vejam os senhores, o Banco Central está analisando o balanço de 95, Deputado José Maria Ferreira, o senhor imagine a hora que for analisar o de 96, onde o Tribunal de Contas atesta que o Governo gastou 77% da sua receita corrente líquida com pessoal. O que dizer, Deputado Valdir Rossoni, quando a Secretaria do Tesouro Nacional com o Banco Central analisarem, Sua Excelência, os balancetes referentes ao ano de 97. 93% da receita corrente líquida está sendo gasta neste Governo, comprometida com o pessoal.

Quero ver Sua Excelência, este Governo, continuar justificando o parecer do Banco Central.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Agradeço a preferência, porque o Deputado Durval Amaral - se não me engano - pediu anteriormente.

Deputado Romanelli, Vossa Excelência está - pelo jeito - como quem descobriu a América ou o Brasil. E realmente Vossa Excelência traz um documento que tem um parecer do Banco Central. O que me causa estranheza é que este empréstimo que o Paraná tem, no Senado da República, já comemorou aniversário: 1 ano! E quando estes empréstimos estiverem para ser apreciados no Senado da República, o parecer do Banco Central era favorável, e nunca vi Vossa Excelência subir à tribuna e fazer aqui a leitura desses pareceres...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Nem Vossa Excelência.

O Sr. Valdir Rossoni - Não fiz porque contamos a verdade ao povo do Paraná. O que estava acontecendo, o objetivo dos Senadores do Paraná era retardar, o máximo possível, os empréstimos, para que o Governador Jaime Lerner não implantasse estes programas que atingiriam os pequenos e médios agricultores do Paraná.

Agora, o que não consigo entender, de vez, na sua posição, é quando Vossa Excelência coloca aqui o comprometimento da receita do Estado com o funcionalismo público. Ora, Deputado Romanelli, Vossa Excelência foi Secretário de Estado, Vossa Excelência sabe muito bem o que recebiam os professores, a Polícia Militar, os funcionários de nível superior... Vossa Excelência sabia...

A dívida invisível que recebemos do Governo anterior, agora estamos tendo que resgatar. Agora, queria só fazer uma pergunta para que Vossa Excelência tivesse mais facilidade para responder. Talvez Vossa Excelência defenda a prática do Governo Requião, talvez Vossa Excelência esteja defendendo - já que não quer comprometer 72% da receita do Estado com folha de pagamento - a prática do Governo Requião, que era implantar o redutor aos policiais, aos professores, aos técnicos de nível superior, enfim, a todos os funcionários públicos, porque esta foi a prática do Governo que Vossa Excelência participou.

Nunca negamos à população do Paraná que o comprometimento da receita do Estado era alto, porque achávamos que, de forma nenhuma, os funcionários públicos deste Estado poderiam receber aqueles salários miseráveis que recebiam. E ainda achamos que temos que avançar ainda mais, por isso este trabalho de industrialização do Estado, para aumentarmos a receita, para podermos avançar e trazer mais dignidade ao funcionário público.

Agora, o que gostaria, é que Vossa Excelência se posicionasse claramente, aqui nesta Assembléia: qual é a forma que Vossa Excelência vai fazer ou Vossa Excelência está defendendo, um redutor ao salário dos funcionários públicos do Paraná? Porque numa hora vejo aqui Deputados do seu Partido, como ontem, defendendo - num pronunciamento de um representante do Sindicato - o aumento dos funcionários públicos, e numa outra hora Vossa Excelência vem aqui e tece críticas em cima da questão do comprometimento da receita. Ora, é difícil entender!

Quero dizer a Vossa Excelência que temos consciência, que não podemos dar ao funcionário público o tratamento que era dado no Governo de Vossa Excelência. Queremos sim, industrializar este Estado, aumentar a arrecadação com todo o sacrifício que este Estado está fazendo.

Quero, ao encerrar meu aparte, para que Vossa Excelência tenha oportunidade também de encerrar o seu pronunciamento. Vossa Excelência está desinformado quanto à retenção dos recursos da "Lei Kandir". Vossa Excelência tem que saber que só foram retidos os recursos da "Lei Kandir" porque o Secretário da Fazenda, o único Secretário da Fazenda deste País que não concordou com um decreto, onde trazia ainda mais prejuízos ao Estado do Paraná. E aí, o Secretário Giovani Gionédís não assinou a concordância daquela medida do Ministério da Fazenda. E ontem mesmo, o Secretário Giovani Gionédís foi chamado a Brasília, onde o Ministério da Fazenda estava tirando o item onde trazia mais prejuízos aos Estados - que tanto estão contribuindo para que o plano real seja esse sucesso que está aí.

Então, acredito que quanto a esta questão que Vossa Excelência está trazendo, teremos que travar um novo

debate sobre a questão da "Lei Kandir", porque Vossa Excelência, ou recebeu a informação errada, ou não soube interpretar a informação que recebeu, porque a informação que temos, foi uma atitude para salvaguardar os interesses do Paraná, que a Secretaria do Paraná não concordou que o Ministério da Fazenda queira, por decreto, mudar a lei que foi aprovada, a "Lei Kandir" - que diga-se de passagem, tem um grande defensor aqui no Paraná, que é o Deputado Federal Luiz Carlos Hauhy, ele é o grande responsável pela "Lei Kandir". E Vossa Excelência sabe muito bem que a "Lei Kandir" traz um prejuízo para o Paraná, de 18% da sua arrecadação.

Então, o que precisamos realmente, é que muitos Senadores e Deputados Federais ajam em defesa do Paraná, como agiu o Secretário da Fazenda - e que ontem foi chamado a Brasília porque o Ministério da Fazenda estava retirando aquele item que tanto prejudicava o Estado do Paraná e os outros Estados que são grandes produtores agrícolas.

Quanto à questão do decreto, assumo o compromisso público de amanhã trazê-lo aqui e mostrar qual foi o item com o qual o nosso Secretário da Fazenda não concordou.

Era isso, Senhor Deputado Romanelli, e agradeço pelo aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - É um privilégio, Excelência.

Quem ouve Vossa Excelência falar, até pensa que tem lógica o seu raciocínio! Infelizmente o Secretário do Tesouro Nacional, substituto do "Mário Cansado de Amorim" - cansado ele deve estar de esperar o balancete do Estado do Paraná - na sua portaria deixa claro (Lê): "Porque é que o Governo do Estado do Paraná e municípios paranaenses estão sendo prejudicados? Porque o não fornecimento das informações necessárias ao cálculo do prazo regulamentar, ou a outra opção: a apresentação de arrecadação de ICMS no período referente a setembro de 1996 a julho de 1997, superior ao período-base - setembro de 1995 a junho de 1996, somada a julho de 1995, atualizada pelo IGPI e multiplicada pelo fator de ampliação, que é justamente o valor corrigido".

Então, Vossa Excelência saiba que o Governo do Estado tem que levar os originais dos balancetes financeiros.

Presidente, ouvi o aparte do Deputado Valdir Rossoni com grande alegria, portanto, me permite Vossa Excelência contradizê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) - Vossa Excelência já ultrapassou oito minuto. Eu lhe concedo mais dois minutos para que o Senhor conclua o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Agradeço a compreensão de Vossa Excelência e o reclamo do Deputado Valdir Rossoni, que certamente não gosta de ouvir argumentos contrários aos seus.

(Discussões paralelas)

Senhor Presidente, pelo Regimento! O Regimento foi rasgado pelo Deputado Valdir Rossoni e eu, educadamente, ouvi e Vossa Excelência tem que me ouvir também! Tem que me ouvir, porque estou aqui munido de documentos, estou fazendo um pronunciamento que já tenho feito aqui nesta Casa - como têm feito muitos Parlamentares - para alertar para a gravidade da situação financeira do Estado do Paraná. Esta Casa não pode ser irresponsável, inclusive Vossa Excelência acabou de atacar, seguramente aquele que é um dos melhores Parlamentares deste Estado, que é o Deputado Luiz Carlos Hauly!

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) - Pela Ordem, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, questão de ordem.

Para que possamos respeitar o Regimento Interno, concedo dois minutos do Horário do glorioso PTB, para que ele possa concluir o seu pronunciamento.

Eu, de forma alguma quero negar o seu direito de fazer o seu pronunciamento. Agora, penso que o Presidente deva fazer respeitar o Regimento, senão amanhã qualquer outro Líder de Partido poderá fazer uso dessa tribuna e usar por mais de dezoito minutos. Ai, o Regimento Interno, realmente, estará sendo rasgado e jogado fora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) - O PTB já usou o seu Horário, mas vossa Excelência pode, em dois minutos, o mais breve possível, concluir o seu raciocínio.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, não posso, por uma questão de princípio pessoal, deixar de conceder um aparte ao meu companheiro - que foi colega no Governo Roberto Requião, que foi Secretário do Trabalho do Governo Roberto Requião, que foi Chefe de Gabinete do Secretário da Fazenda Luiz Carlos Hauly - Deputado Estadual - hoje, infelizmente no PFL - o companheiro Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral - Mas, felizmente, nas mesmas trincheiras democráticas, não é, Deputado Luiz Claudio Romanelli?

Acredito, Deputado, que a sua posição, em relação à "Lei Kandir", traz um pequeno vício de equívoco, realmente. Veja só, esses requisitos que Vossa Excelência coloca, de que o Estado do Paraná deveria encaminhar os balancetes, deveria encaminhar a receita consolidada de ICMS, corrigido por IGPM e tudo o mais, para que haja o conhecimento de todos os Parlamentares. Agora, isto estava previsto na "Lei Kandir". Este artigo foi vetado pelo Presidente da república Fernando Henrique Cardoso. Encontra-se vetado na "Lei Kandir". O Ministério da Fazenda, pasme - e o senhor é um legalista, e essa deve ser sempre a nossa pauta, fazemos leis, o Congresso Nacional faz leis, o Presidente da República sanciona ou veta. Este artigo específico foi vetado.

O Ministério da Fazenda, ao arripio da lei, regulamentou por portaria, querendo exigir o que é inaceitável. Razão pela qual o Secretário da Fazenda do Estado do Paraná levantou uma bandeira nacional, ameaçou inclusive o Ministro da Fazenda, que iria entrar com um mandado de segurança conclamando todos os Secretários da Fazenda do Brasil a se rebelarem contra esse item, que tenta monitorar efetivamente todas as Secretarias da Fazenda do Brasil e toda a arrecadação tributária dos Estados brasileiros, razão pela qual houve um recuo por

parte do Ministério da Fazenda, e automaticamente o Secretário de Estado do Paraná, Giovani Gionédís - como bem colocou Valdir Rossoni - foi a Brasília assinar, excluindo esta imposição, que tenta ser feita ao Estado do Paraná, pelo Ministério da Fazenda. Que tentou, porque o Ministério já recuou. E os 60 milhões que tem direito o Estado do Paraná, será compensado na contra tributária e na compensação. Efetivamente todos os municípios do Estado do Paraná também serão beneficiados.

Então, só para esclarecer, Deputado Romanelli, o que o Estado do Paraná fez, foi defender um direito nosso, legisladores, ao fazermos a lei e efetivamente exigir o seu cumprimento. O que o Presidente vetou, o Ministério da Fazenda tentou regulamentar por portaria. Aí sim, surgiu a Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Concedo mais um minuto para que Vossa Excelência conclua o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Quero concluir o seguinte, Excelência: que eu, na verdade, acho que o fato mais grave é o parecer favorável do Banco Central do Brasil.

Agora, que é muito estranho a Secretaria do Tesouro Nacional repassar dinheiro para todos os Estados, vão fazer compensações aqui, e ficar de fora o Estado do Paraná! E, segundo o senhor "Cansado" aqui - acho que é cansado de esperar o balancete - é porque o Estado do Paraná não apresentou o original dos demonstrativos financeiros: isso é isso. Ele tem prazo até segunda-feira, ou leva o documento original ou não tem o dinheiro no dia 15, Presidente.

Só queria dizer para Vossa excelência - para concluir - o seguinte sobre a política salarial: a política salarial do Governo Requião foi uma política calcada no princípio de resgatar a dignidade do servidor público, tanto que, durante três anos, dez meses e quinze dias que o Governador Requião exerceu o cargo neste Estado, não teve um único dia de greve de professor, uma única paralisação!

Quero dizer, Deputado Valdir Rossoni, que vamos discutir a política salarial, principalmente de cargos comissionados polpudos que inflacionaram a despesa do Governo com o pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Com a palavra, a Liderança do Governo.

Não fazendo uso, registro a presença do Prefeito de Japira, Prefeito Wagner, por solicitação do Deputado Nelson Garcia, com os votos de boas vindas.

Por solicitação do Deputado Plauto Miró, registro a presença dos Vereadores de Tibagi: Guilherme, Artur Ricardo e Antonio.

Com muita satisfação a Presidência registra a presença de seus visitantes e os recebem com boas vindas.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

Ordem do Dia,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de dois (02), de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de dois (02), de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 322/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor Ney Amintas de Barros Braga. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 113, de 04.08.97).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 423/97, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Attilio Codato, do Município de Cambé. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 140, de 04.09.97).

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 436/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Santo Antônio de Caiuá. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 142, de 09.09.97).

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 441/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 143, de 10.09.97).

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/95, de autoria do Deputado Emerson Nerone, que dispõe sobre o transporte gratuito dos portadores de deficiência em linhas de transporte intermunicipal. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C. E C.S.P.. APRECIAR NESTE TURNO, SUBSTITUTIVO GERAL APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, o Substitutivo geral que acabou de ser votado, foi apresentado por mim e pelo Deputado Vanhoni. Bem, não somos os autores intelectuais deste projeto, isso é fruto de muita discussão e muito trabalho, que envolve as entidades representativas dos portadores de deficiência.

Encontram-se entre nós vários deles, e requeiro da Casa para conceder a palavra, por cinco minutos, ao

Senhor Pelegrin Felipe, Presidente da UMBEPAR.

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) -

Atendendo a solicitação de Vossa Excelência, concedo a palavra ao Senhor Pelegrin Felipe.

O SR. PELEGRIN FELIPE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos aqui, hoje, vendo os trabalhos dos nossos Legisladores e estamos gratos pelo apoio que estamos tendo ao nosso projeto, de poder entrar dentro de um ônibus. Estão me vendo aqui, e vendo como é difícil entrar num ônibus! Para entrar naquele ônibus não é fácil!

Sou Presidente de uma entidade que atua em todo o Estado e viajo muito pelo interior. Confesso que quando estou chegando ao destino, me apavoro! Tenho inclusive, lesões por isto!

Então, este projeto vem atender a uma necessidade nossa de articularmos o movimento em todo o Estado. E vem a ser um exemplo para o Brasil, o início desta adaptação, que no fundo não vai ser tão cara, e vai beneficiar muita gente.

Agradecemos, sinceramente, o apoio dos senhores para a aprovação deste projeto. Isto vem contribuir para o crescimento da dignidade do portador de deficiência, para que ele exerça, plenamente, sua cidadania, seu direito de ir e vir, seu direito de estar onde se faz necessário que esteja.

A todos os Deputados, nós, portadores aqui presentes, desde já agradecemos e juntos vamos construir um Brasil melhor, onde todos tenham seu espaço, onde todos possam exercer sua cidadania.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) -

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 016/97, de autoria dos Deputados Anibal Khury, Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo, Florisvaldo Fier e Emerson Nerone, que autoriza a realização de plebiscito na Reserva Indígena Apucaraniinha, para que a população decida sobre a transferência da área para o Município de Londrina.

COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/97, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que autoriza o Poder Executivo a doar a área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de Verê. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 86, de 03.06.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 249/97

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar área de propriedade do Estado à Prefeitura Municipal de Verê - Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Sessões, em 16.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 456/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Departamento de Assistência Social da Igreja Assembléia de Deus de Arapoti - PR - DASIAPAR, com sede e foro na Cidade de Arapoti. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 147, de 16.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 456/97

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, visa declarar de Utilidade Pública o Departamento de Assistência Social da Igreja Assembléia de Deus de Arapoti.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 457/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professor Lauro Sangreman de Oliveira, com sede e foro no Município de Sengés. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 147, de 16.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 457/97

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, visa declarar de Utilidade Pública a APM da Escola Estadual Professor Lauro de Oliveira, de Sengés.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) -

Sobre a mesa, Requerimentos nº 2173 a 2175, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2176, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romaneli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2182, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2183 e 2185, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2184, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Retirado pelo autor.

Requerimento nº 2186, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, cons-

tante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2187, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2188 a 2190, de autoria do Senhor Deputado Horácio Rodrigues, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2192, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Melvo Beraldin) -

Esta Presidência lembra que hoje é o "Dia Nacional dos Vereadores" e contamos com a presença do Presidente

da Associação dos Vereadores e com a presença de alguns Vereadores, que engrandecem a sessão deste Poder Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 02, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 249, 456 e 457/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 475, 480 e 481/97.

Levanta-se a sessão.